

## A ESTRUTURAÇÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO SUL DO ESTADO DO AMAZONAS

*The structuring of the agricultural frontier in the southern state of Amazonas*

*La estructuración de la frontera agrícola en el sur de Amazonas*

Viviane Vidal da Silva Correio<sup>1</sup>  
Ricardo Gilson da Costa Silva Correio<sup>2</sup>  
Luís Augusto Pereira Lima Correio<sup>3</sup>

Recebido em Julho de 2019. Publicado em Outubro de 2019.

**Resumo:** As transformações no espaço amazônico estão associadas as políticas territoriais que priorizam interesses externos à região e assim se verifica as transformações atuais na fronteira agrícola do estado do Amazonas. Essa fronteira vem se estruturando a partir da pecuária, da extração de madeira, dos eixos de circulação, da soja e de projetos sobretudo, voltados a questão energética. Na década de 90 um novo elemento é introduzido nesta fronteira, as áreas protegidas, e hoje, com o processo de inserção da Amazônia ao agronegócio, essas áreas protegidas vem perdendo sentido, uma vez que se configuram como um impedimento a expansão do agronegócio. E assim o capital, tendo o Estado como aliado, imprime uma nova transformação no espaço, de espaço normado para a conservação dos recursos para o espaço do agronegócio.

**Palavras-chave:** Amazônia, Globalização, Agronegócio

**Abstract:** *The transformations in the Amazonian space are associated with the territorial policies that prioritize interests outside the region and thus the current transformations in the agricultural frontier of the state of Amazonas are verified. This frontier has been structured on the basis of livestock, timber extraction, roads, soybeans and projects focused on energy issues. In the 1990s a new element was introduced in this border, protected areas, and today, with the process of insertion of Amazonia into agribusiness, these protected areas are losing their meaning, once the agribusiness expansion is configured as an impediment. And so capital, having the state as an ally, impresses a new transformation in space, of space appointed for the conservation of resources for the agribusiness space.*

**Keywords:** Amazonia, Globalization, Agribusiness

<sup>1</sup> Doutora em Ecologia Aplicada, Universidade Federal do Amazonas, silvavv@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Geografia, Universidade Federal de Rondônia, rgilson@unir.br

<sup>3</sup> Doutorando em Geografia, Universidade Federal de Rondônia, aplluis@yahoo.com.br

**Resumen:** *Las transformaciones en el espacio amazónico están asociadas con las políticas territoriales que priorizan los intereses fuera de la región y, por lo tanto, se verifican las transformaciones actuales en la frontera agrícola del estado de Amazonas. Esta frontera se ha estructurado sobre la base de ganado, extracción de madera, caminos, soja y proyectos centrados en temas energéticos. En la década de 1990, se introdujo un nuevo elemento en esta frontera, las áreas protegidas, y hoy, con el proceso de inserción de la Amazonia en la agroindustria, estas áreas protegidas están perdiendo su significado, una vez que la expansión de la agroindustria se configura como un impedimento. Y así, el capital, teniendo al estado como un aliado, implica una nueva transformación en el espacio, un espacio para la conservación de los recursos para el espacio de la agronegocio.*

**Palabras claves:** *Amazonia, Globalization, Agronegocio*

---

## INTRODUÇÃO

O debate sobre a Amazônia brasileira tem sido feito a partir de diferentes visões, desde o período colonial. A Amazônia já foi vista como uma imensa selva, como fonte de especiarias, como produtora de borracha, como vazio demográfico, e hoje é vista como reserva de recursos florestais, energéticos e minerais e como fronteira agrícola.

As transformações no espaço amazônico iniciaram com as políticas públicas territoriais no governo militar para a integração política e econômica, dessa região ao restante do país. Com os Planos de Integração Nacional (PIN) I e II, foram realizadas obras de infraestrutura, como as construções das rodovias Belém-Brasília e Transamazônica. Além de, grandes projetos de extração mineral, como o Projeto Grande Carajás, o incentivo a entrada de grandes empresas latifundiárias capitalistas, a criação da Zona Franca de Manaus e projetos de colonização pública e privada realizados pelo INCRA, que transformaram Rondônia, Pará e Mato Grosso.

Na década de 90, com o surgimento do discurso ambiental, passa-se a adotar políticas e programas voltados para a preocupação mundial com a conservação dos recursos naturais. E atualmente, surge na Amazônia duas políticas contraditórias, uma voltada ao crescimento econômico, ao agronegócio e uma política ambiental, com o objetivo de conter o desmatamento gerado pelas práticas agrícolas.

Assim verificamos uma transformação geoeconômica regional que levou a economia tipicamente extrativista para uma economia da agropecuária e que em algumas sub-regiões transformaram-se no agronegócio, inserindo a Amazônia no contexto mundial das *commodities* (SILVA, 2017, p.17702).

Desta forma, o objetivo do texto, foi analisar quais são os elementos formadores da fronteira agrícola contemporânea e como os territórios normatizados pelo Estado - as unidades de conservação- integram essa fronteira e podem se constituir em terras para a expansão do agronegócio globalizado na Amazônia, em especial no sul do estado do Amazonas.

Na seção sobre a fronteira agrícola no sul do Amazonas realizamos uma revisão bibliográfica e observação das novas infraestruturas no município de Humaitá para qualificar esta fronteira. Os elementos estruturadores desta fronteira são: pecuária, extração de madeira, projetos energéticos e minerais e a soja, responsáveis pelas transformações no espaço e na integração do Amazonas ao processo de globalização. Logo após, abordaremos um novo elemento dessa fronteira, as áreas protegidas, consequência das políticas ambientais implementadas, sobretudo na década de 90 e fazendo parte da gestão, planejamento e ordenamento territorial e de uma nova geopolítica.

## **METODOLOGIA**

Para a compreensão das transformações e dos elementos formadores da fronteira agrícola no sul do Amazonas, realizamos pesquisa bibliográfica, análise de documentos elaborados por instituições públicas e de dados cartográficos. Também foram realizadas observação *in loco*, cujos dados empíricos podem oferecer outro ponto de vista nesta análise, pois nossa localização é privilegiada, estamos no município de Humaitá (AM), na BR-230, a Transamazônica, entre o rio e a floresta, a linha de transição da fronteira agrícola no sul do Amazonas.

A partir de uma abordagem qualitativa analisamos as transformações na fronteira agrícola em um dos estados que mais tem suas florestas conservadas, qualificando os elementos formadores dessa fronteira, a expansão do capital e suas relações com o território formado, sobretudo com as unidades de conservação.

## **FRONTEIRA AGRÍCOLA NO SUL DO AMAZONAS**

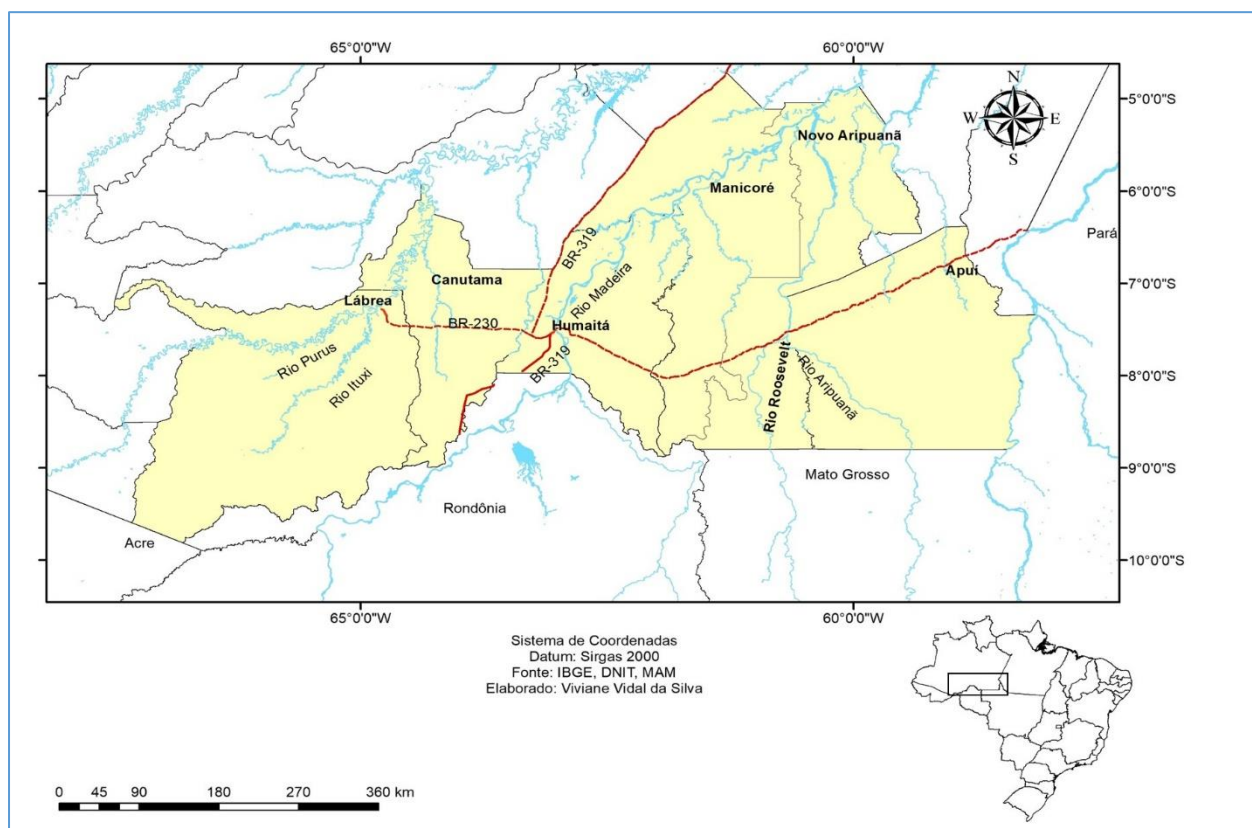
A fronteira agrícola é um espaço não plenamente estruturado, potencialmente gerador de novas realidades. Recentemente está situada em áreas de floresta tropical, savanas e campo, com seu padrão espacial vinculado as vias de circulação, formadas por imigrações espontâneas ou relacionadas a projetos de colonização oficial ou privado e podem apresentar o domínio de um único produto (arroz, soja, trigo ou pecuária) e com diferentes graus de tecnificação, podendo ser modernas ou extensivas (BECKER, 2007, p. 266; MACHADO, 1992, p.35-37).

Tendo o Estado como principal agente da indução dos projetos que transformam a fronteira, nos municípios do sul do Amazonas, em especial Lábrea, Canutama, Humaitá, Manicoré e Apuí (Figura 1). Observam-se diferentes projetos econômicos de agentes territoriais que imprimem suas ações, o que tem qualificado a fronteira agrícola nesses municípios.

Os eixos de circulação nesses municípios foram formados pelas rodovias BR - 230, a Transamazônica e a BR-319 - Porto Velho-Manaus. Estas rodovias foram implementadas durante o Governo Militar, na década de 1970, proporcionaram um eixo de estruturação para os projetos de colonização, circulação da produção agropecuária e madeireira e a grilagem de terra. Este eixo estruturante transformou significativamente o espaço na Amazônia, sobretudo na intensificação do desmatamento.

A produção agropecuária tem se destacado na fronteira dos municípios do sul do Amazonas. Atualmente o estado ocupa a quarta posição em número de efetivos de rebanho na região Norte, sua produção passou de 317.808 mil cabeças de gado em 1974 para 1.343.547 cabeças de gado em 2017 (IBGE, 2017). Os municípios de Lábrea e Apuí têm se destacado nessa produção (Figura 2), vinculados a redução dos custos para transporte e ao baixo preço da terra nas regiões de expansão na região (RIVERO, et. al, 2009, p.57) e acompanham o aumento da demanda interna e externa de carne bovina. Além da proximidade com os municípios, que concentram rebanhos bovinos, nos estados de Rondônia (Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal) e Mato Grosso (região concentrada no norte-noroeste), também, ofereceu condições para transferência de animais na região.

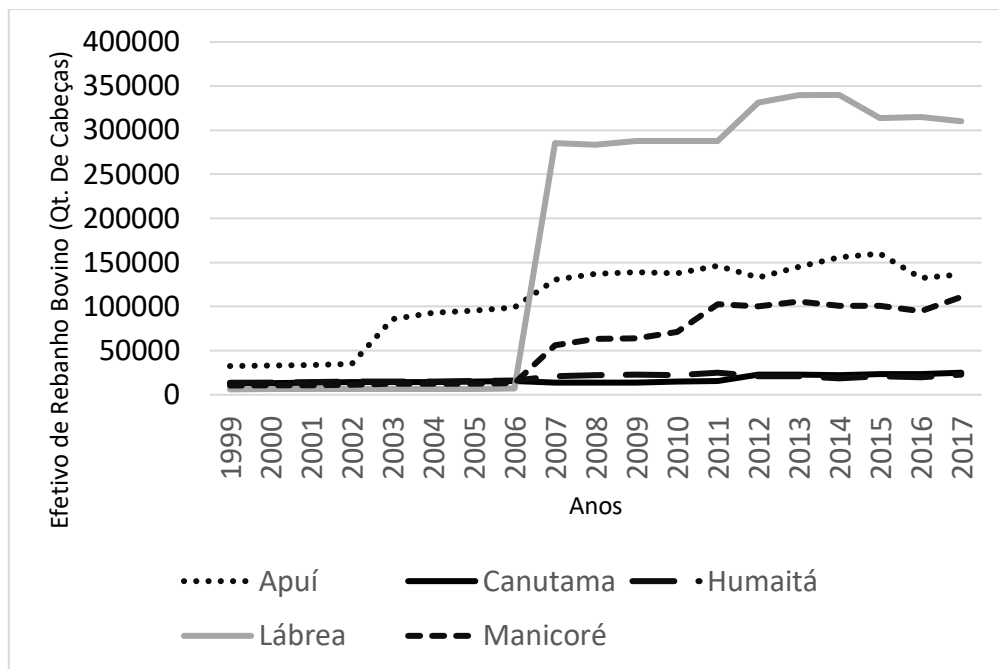
**Figura 1:** Municípios da fronteira agrícola no Sul do Amazonas.



Elaborado pelos autores.

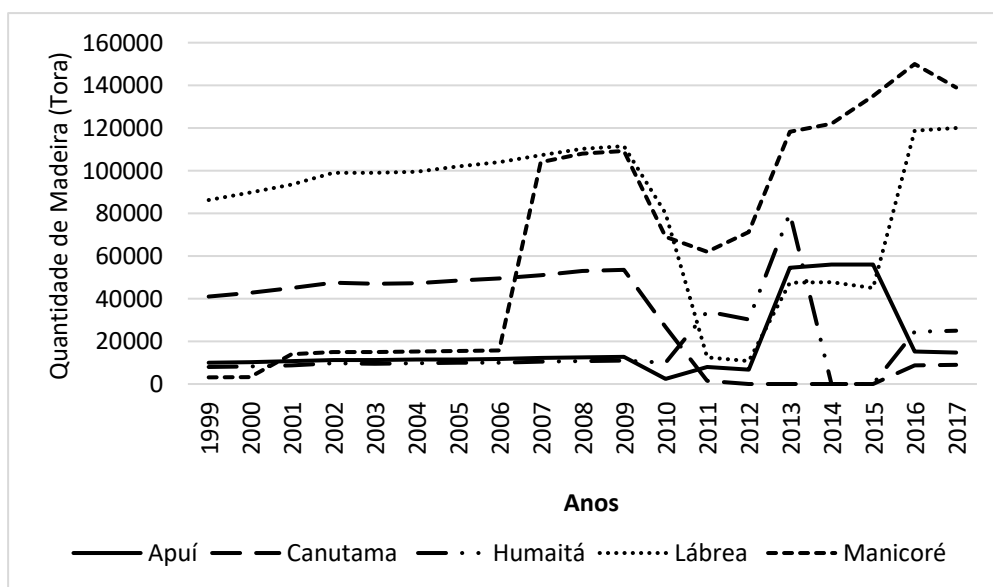
A extração da madeira legal é outra atividade presente na fronteira agrícola do sul do Amazonas (Figura 3). Cabe ressaltar que a extração de madeira também acontece na região de forma ilegal, inclusive em unidades de conservação e terras indígenas, contribuindo para o desmatamento na Amazônia. A extração de madeira, geralmente, é a primeira atividade que ocorre nas áreas de fronteiras, abrindo caminho para a pecuária.

**Figura 2:** Efetivos de Rebanhos de Bovinos em municípios do Sul do Amazonas.



Fonte: IBGE/PAM.

**Figura 3:** Quantidade de tora de madeira entre 1999 e 2017



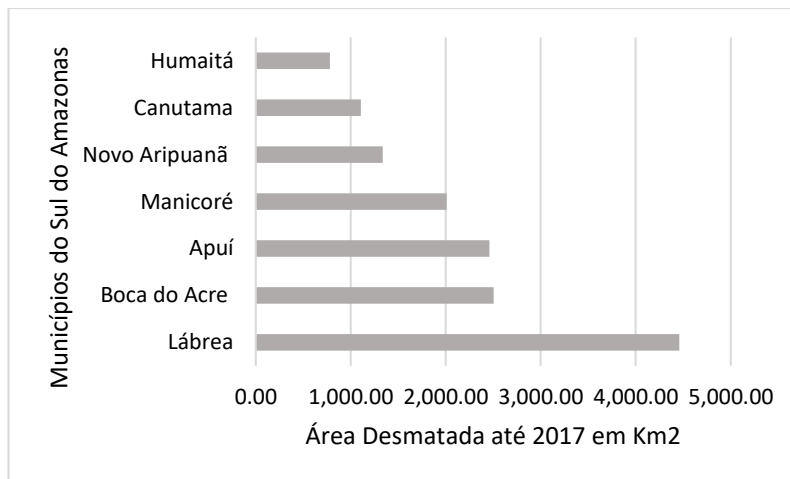
Fonte: IBGE/PAM

A força do capital do agronegócio nos estados de Mato Grosso e Rondônia obrigou o deslocamento da pecuária e da extração de madeira para outros estados da Amazônia. Dessa forma, aumentou as pressões políticas para que novas terras fossem integradas ao processo produtivo do capital globalizado, ocasionando a disputa do território por diferentes agentes, ou seja, Estado, Capital e Movimentos Sociais (SILVA, 2015, s/p). Esses diferentes projetos na fronteira sul do Amazonas, além de oferecer amplas possibilidades à expansão do capital (BECKER, 2015, p.267), tem provocado desmatamento nas áreas da floresta amazônica (Figura 4).

Como a pecuária é uma atividade rentável e economicamente segura, ela tem sido apontada como principal responsável pelo desmatamento, pois necessita de uma crescente extensão de terras ocupadas, uma padronização do uso do solo e consequente concentração fundiária. No entanto sua rentabilidade está associada a fatores complementares como a exploração madeireira, garimpos, outras formas de extrativismo, comércio, agricultura e principalmente a grilagem de terras (CASTRO, 2005, p.10).

Contribuindo para este cenário, a soja aparece na fronteira agrícola do sul do Amazonas em dois momentos diferentes. Num primeiro momento, foi a partir do Programa Terceiro Ciclo de Desenvolvimento, implementado durante o governo de Amazonino Mendes, em 1995 e cujo objetivo, por meio do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), foi reestruturar o setor primário com a produção de soja nos municípios de Manicoré, Canutama, Lábrea e Tapauá e tendo Humaitá como centro irradiador da produção (LIMA, 2005, p.6), que intensificou a pressão nos campos amazônicos e nas áreas de floresta.

**Figura 4:** Desmatamento nos municípios do Sul do Amazonas até 2017, em Km<sup>2</sup>



Fonte: PRODES/INPE, 2019.

Entre 2003/2005, o município de Humaitá passou por um aumento da safra de soja, em virtude, principalmente, da parceria do governo do Estado com a empresa de consultoria técnica Campo Consultora e Agronegócios. Com a retração dos preços internacionais, a impossibilidade de acesso a financiamentos, ao endividamento por parte dos produtores, a criação de territórios de proteção e a ausência de compradores, em 2006, verificamos uma queda da produção de soja em Humaitá (LIMA, 2008, p. 152).

Atualmente as transformações no sul do Amazonas vinculam-se aos sistemas de objetos e de ações (SANTOS, 2008) para a construção de um novo espaço agrícola de *commodities* da soja. Um desses sistemas de objetos refere-se à construção do Anel Viário no município de Humaitá (Figura 5), que possibilitará a entrada do capital na área de fronteira agrícola do estado do Amazonas e conseqüente incorporação às dinâmicas da globalização.

De tal modo essas incorporações em curso, compreendem a criação de novos espaços de transformação, ou seja, os sistemas de objetos e de ações, se materializam como articulações do território, para que as relações de produção alcancem recursos e incorporem novas áreas. Neste sentido Santos (2008) revela que os sistemas se completam, “de um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma” (SANTOS, 2008, p. 63).

**Figura 5:** Placa indicativa de obra para a construção do Anel Viário no município de Humaitá



Fonte: Autores, 2019.

Também relacionado à transformação do espaço local uma outra importante infraestrutura, é o porto Granelero do Grupo Masutti (Figura 6), do município de Vilhena, sul de Rondônia. Com a construção da ponte sobre o Rio Madeira, ligando Porto Velho (RO) à Humaitá (AM) e a armazenagem da soja no porto granelero, no município de Humaitá, o tempo de deslocamento é menor até o porto de Itacoatiara (AM), por onde a produção é exportada (SILVA, 2014, p. 303 e 2015, p. 3).

Além do município de Humaitá se tornar um entreposto para a produção de *commodities*, existe o projeto da retomada do plantio de soja pelos produtores da Fazenda Santa Rita, localizada na rodovia, Porto Velho - Manaus, a BR-319. Em 2018, a fazenda já havia plantado 550 hectares de soja, em área de campos naturais, com a estimativa de colher 60 sacos por hectare e uma previsão de aumento da área plantada para 5.500 hectares ainda neste ano (Figura 7).

Ainda que inicial e tímida, a produção de soja na Amazônia e, portanto, no Amazonas deve ser analisada dentro do cenário de sua expansão mundial, da inserção e aumento do crescimento da área cultivada nos países do cone sul, incluindo o Brasil nas regiões Sul, Centro-Oeste e chegando ao Norte do país e a diminuição dos custos dos transportes (OLIVEIRA, 2006, p.28).

**Figura 6:** Obras do Porto Granelero do Grupo Masutti em Humaitá





Fonte: Autores, 01/06/2018.

Soma-se a tudo isso projetos hidrelétricos nos rios Aripuanã e Roosevelt, em Apuí. Estes projetos fazem parte de um conjunto de 23 hidrelétricas planejadas para a Amazônia Legal e qualificado por Lima e Silva, (2018, p. 130) como hidroestratégias, que são processos relacionados aos ajustes na gestão do território e na relação território e norma, como possibilidade para a expansão do capital hidro-energético na Amazônia.

Esta ordem econômica (extração madeireira, pecuária, soja e projetos minerais e energéticos) é concretizada pelo vetor tecno-industrial, tendo o progresso como sinônimo de crescimento econômico e prosperidade, apoiados na exploração dos recursos naturais vistos como recursos infinitos (BECKER, 1996, p.224).

**Figura 7:** Plantação de soja na Fazenda Santa Rita, Humaitá



Fonte: Em Tempo.

Na fronteira agrícola do sul do Amazonas enquanto a produção pecuária e a extração de madeira atendem prioritariamente à demanda do mercado interno, a produção de soja, a extração mineral e o planejamento energético visam atender o mercado externo. Tal atendimento reestrutura e integra cada vez o estado do Amazonas ao processo de globalização, gerando conflitos entre os diferentes agentes desses projetos, conflitos de terra, grilagem, pistolagem e a exclusão das comunidades tradicionais da região.

## **AS ÁREAS PROTEGIDAS NA FRONTEIRA AGRÍCOLA CONTEMPORÂNEA**

Como assinala Becker (2007, p.266), a fronteira não pode ser vista como um fenômeno isolado, mas deve ser entendida a partir da inserção do país, no final do século XX, no sistema capitalista global vinculado ao capital industrial e financeiro e mediado pelo Estado. Desse modo, observamos que a fronteira agrícola na Amazônia ainda está sob a integração pretendida desde os PIN I e II.

Durante o Governo Militar a estruturação da fronteira agrícola na Amazônia se fez em torno de políticas de ocupação e desenvolvimentista e da integração, a questão ambiental foi tratada a margem, embora existissem no Brasil algumas leis como o Código Florestal, Lei de Crimes Ambientais e a Constituição de 1934 que asseguravam a posse dos territórios indígenas.

Ao final da década de 1980 se inicia uma mudança, pelo impacto de críticas internacionais e denúncias contra o governo pelas políticas destruidoras do meio ambiente e de culturas indígenas. Assim o governo, em 1988, opta por questões de ordenamento territorial, instituindo o Programa Nossa Natureza, em associação com uma política de criação de unidades de conservação, ampliação da identificação de terras indígenas, o que ampliou os territórios protegidos, com aproximadamente 15% das áreas da Amazônia (MELLO, 2006, p.49).

Para Becker (1996, p.227) seria a síntese contraditória do modelo industrialista, que se concretiza no vetor de transformação tecno-industrial e o modelo ecodesenvolvimentista, o vetor tecno-ecológico, levando a uma transformação da economia de fronteira para o desenvolvimento sustentável. Neste vetor-ecológico que se inicia na Amazônia a natureza é valorizada como capital futuro e para as populações tradicionais e os movimentos ambientalistas é fonte e meio de vida, portanto gerador de conflitos.

Sob a ótica do vetor tecno-ecológico que engloba preservação e conservação dos recursos naturais, foi instituído, em 1990, o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG-7), uma iniciativa dos sete países mais industrializados (G-7) e do Banco Mundial, foi recebido

positivamente pelo Brasil. Para reduzir a taxa de desmatamento na Amazônia, o G-7 se comprometeu a financiar projetos dentro de cinco linhas de ações: a experimentação e a demonstração de atividades que visam conciliar a conservação e o desenvolvimento; a conservação de áreas protegidas; a demarcação das terras indígenas; a consolidação das instituições públicas responsáveis pelas políticas ambientais; e a pesquisa científica. Assim a Amazônia mais uma vez atende o contexto político da economia global, do capital transnacional, garante a nova forma de produção introduzida pela globalização do mercado (ANTONI, 2010, p.301) e a uma nova ordem geopolítica, sob a perspectiva ecológica.

No entanto, a política territorial do PPG-7 na questão ambiental foi pontual e pequena e sua maior influência foi por ocasião da revisão do meio termo do PPG-7 no subprograma Política de Recursos Naturais. Esta revisão previa a realização do Zoneamento Ecológico-Econômico e novas estratégias e políticas prioritárias, com foco no arco do desmatamento, na Amazônia Central e os eixos de integração e na Amazônia Ocidental.

Dentro desse contexto e do discurso internacional do desenvolvimento sustentável, os programas de governo iniciam uma tentativa de expansão do desenvolvimento econômico sob a ótica sustentável. No governo de Fernando Henrique Cardoso (1998-2002) no âmbito do Programa Avança Brasil, a região Norte é vista como espaço para a inovação, apoiada na valorização do patrimônio ambiental, a utilização do patrimônio genético por meio da Biotecnologia.

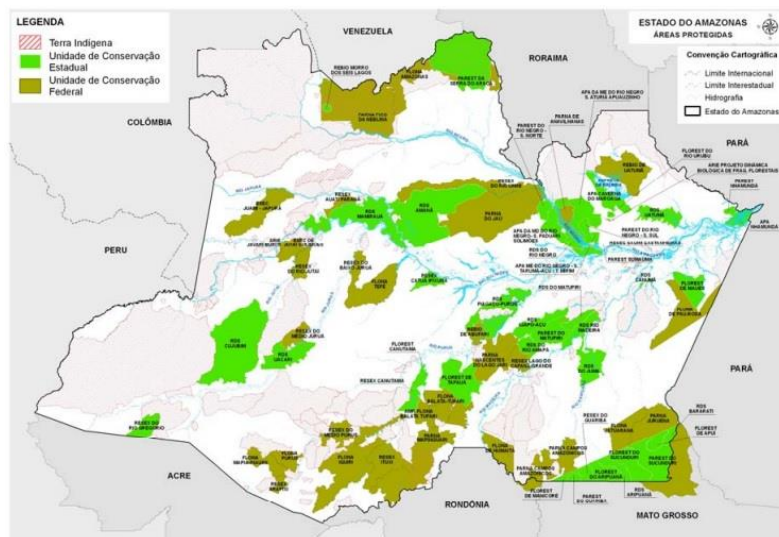
Nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso foram feitos grandes investimentos econômicos através dos Eixos de Integração e Desenvolvimento, com crescimento econômico e de obras de infraestrutura. A política ambiental do governo de Luís Inácio Lula da Silva se baseou na transversalidade, controle social, desenvolvimento sustentável e consolidação do setor (MELLO, 2006, p.361).

No Plano Amazônia Sustentável (PAS – Governo Lula) para a valorização da diversidade sociocultural e ecológica e redução das desigualdades, tem destaque o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm). Este plano reuniu ministérios como o do Meio Ambiente, da Defesa, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Integração Nacional entre outros. O plano de operação incluía o monitoramento e controle sobre o desmatamento, por meio do Sistema Deter (Detecção do Desmatamento em Tempo Real), ações de ordenamento territorial ao longo do arco do desmatamento, criação de unidades de conservação e terras indígenas.

E assim, as unidades de conservação tornaram-se instrumento de ordenamento e planejamento para conservação, cuja expansão da rede de áreas protegidas na região amazônica é

colocada como uma das principais contribuições das medidas implementadas pelo PPCDAm para a redução do desmatamento (MELLO; ARTAXO, 2017, p.126) (Figura 8).

**Figura 8:** Áreas protegidas no Estado do Amazonas.

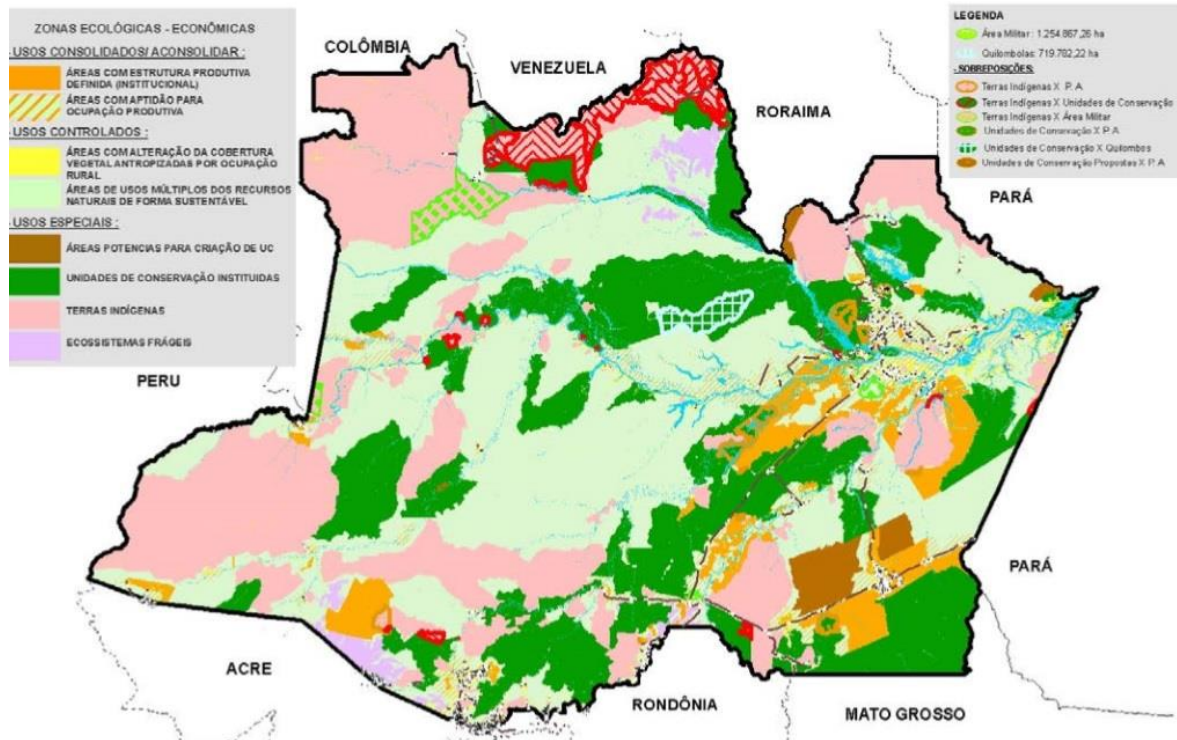


Fonte: Governo do Amazonas, 2010.

Acrescenta-se a este contexto de inserção na gestão territorial da conservação dos recursos na região amazônica, o Macrozoneamento do Estado do Amazonas (Figura 9), instituído pela Lei Nº 3.417 de 31 de julho de 2009, em que os municípios da fronteira sul do Amazonas configuram-se como áreas de estrutura produtiva definida, áreas de unidades de conservação e terras indígenas instituídas e áreas potenciais para a criação de unidades de conservação.

Ainda neste sentido, foram criados o Mosaico de Unidades de Conservação do Apuí (2005) e Mosaico da Amazônia Meridional (MAM- 2011). O MAM é formado por quarenta unidades de conservação de nível federal e estadual, com o objetivo de evitar que as pressões das atividades de pecuária extensiva, garimpo e extração de madeira no interior das unidades de conservação do Mato Grosso e sudoeste do Pará avancem para o norte do País. Contudo, o Mosaico do Apuí é uma iniciativa do governo do Estado do Amazonas para, também, controlar o avanço do desmatamento e integrando unidades de conservação estaduais, em parte dos municípios de Apuí e Nova Aripuanã.

**Figura 9:** Mapa Síntese do Macrozoneamento do Estado do Amazonas



Fonte: Governo do Estado do Amazonas, 2008.

Com a inclusão dos territórios sob as normas do Estado, de proteção dos recursos naturais, a ação de diferentes agentes sociais teve que se ajustar a territorialização das áreas protegidas e o uso sustentável desses recursos. No entanto, o vetor tecno-ecológico dá indícios de perda de operacionalização, atualmente observa-se um movimento para transformar áreas protegidas em territórios do agronegócio e de projetos energéticos e de exploração mineral. Em princípio, o capital, a partir de suas estratégias, utiliza mecanismos jurídicos, políticos e a mídia para legitimar o discurso de que essas áreas se configuram como impedimento ao desenvolvimento. Esses mecanismos permitem-nos observá-los como dispositivos. Na visão de Foucault (2012), tais mecanismo se configuram como dispositivos, ou seja, “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 2016, p. 364)

Neste sentido Foucault (2016, p. 366) observa que se trata “essencialmente de natureza estratégica” vinculada as dinâmicas de dominação. “O que supõe que se trata no caso de uma certa manipulação das relações de força, de uma intervenção racional e organizada nessas relações de força, seja para desenvolvê-las em determinada direção, seja para bloqueá-las, para estabilizá-las, utilizá-las etc” (FOUCAULT, 2016, p. 367).

Seguindo autor, observamos que surge nas discussões políticas, tal estratégia, como propostas, dispositivos, para alterações de tipologia de unidades de conservação e de alterações nos limites das áreas dessas unidades. Sob o efeito dessas propostas políticas, ocorreu a redução de 2,83 milhões de hectares para 1,78 milhões, em que seriam afetadas a Área de Proteção Ambiental dos Campos de Manicoré, as Florestas Nacionais de Aripuanã e de Urupadi e a Reserva Biológica do Manicoré e o Parque Nacional do Acari. A lei 12.678 de 25 de junho de 2012, já alterou os limites dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Matinguari, das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental dos Tapajós, localizadas nos Estados do Amazonas, Pará e Rondônia. As áreas excluídas dessas unidades de conservação serão destinadas à regularização fundiária e para áreas de alagamento do lago artificial de usinas Hidrelétrica.

Portanto, a expansão por territórios para o agronegócio e para expansão dos projetos minerais e energéticos, dentro da lógica do capital, faz das áreas de unidades de conservação objeto de disputa. Observa-se, a inclusão de novas áreas até então distantes da pressão, sob a atuação do Estado aliado ao capital, imprime uma nova transformação na fronteira agrícola no sul do estado do Amazonas. Estaríamos assistindo a volta do vetor tecno-industrial na fronteira sul do Amazonas materializado no agronegócio?

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As políticas de desenvolvimento e ocupação da Amazônia implementadas durante o governo militar transformaram significativamente o espaço da região, rompendo com o modelo extrativista das comunidades tradicionais. Essas políticas atendiam uma demanda externa e beneficiavam grandes fazendeiros e empresas e tinham no Estado seu principal ator.

Na década de 90 o discurso ambientalista internacional faz surgir o vetor ecológico e a região experimenta um crescimento sob a ótica do desenvolvimento sustentável. As políticas ambientais também atendiam a uma demanda externa e com pouca representatividade das comunidades tradicionais.

O Amazonas é um dos estados mais preservados da Amazônia Legal, mas a fronteira agrícola no sul do estado apresenta elementos relacionados a expansão do capital. Na estruturação da sua fronteira encontramos elementos contraditórios: a pecuária, a extração legal e ilegal de madeira e áreas protegidas, que se configuram como um corredor para justamente impedir o avanço

do desmatamento. E além disso, a inserção do Brasil no mercado do capital globalizado gera demanda de por terras, sobretudo para o agronegócio.

A pressão por nova áreas para a expansão do agronegócio, por meio de instrumentos jurídicos e discurso político e da mídia, tem enfraquecido a continuidade das políticas ambientais na gestão do território e aumentado o conflito.

Ao que parece a fronteira agrícola contemporânea irá se estruturar mais uma vez, por ação do Estado e do capital, seguindo um modelo de expropriação da biodiversidade e das comunidades tradicionais, sobretudo para integrar a Amazônia e o Brasil ao capital globalizado.

## 6. REFERÊNCIAS

ANTONI de GIORGIO. O programa piloto para proteção das florestas tropicais do Brasil (PPG-7) e a globalização da Amazônia. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v.XII, n. 2, p.299-313, 2010.

BECKER, Bertha Koiffmann. As Amazônias de Berta K. **Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica**. vol.1. Vieira, Ima Célia Guimarães (org.) 1.ed. Rio de Janeiro:Gramond, 2015, 520 p.

\_\_\_\_\_. Redefinindo a Amazônia: o vetor tecno-ecológico. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Brasil: Questões atuais da reorganização do território**.1.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996. p.223-244.

CASTRO, Edna. Dinâmica Socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v.8, nº 2, p. 5-39, 2005.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. O dispositivo. In: **A microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. – 4. Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal, série históricas**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 02/03/2019.

LIMA, Maria do Socorro Bezerra de. Fatores Estruturais e conjunturais da expansão do agronegócio sojicultor na Amazônia. Anais, **III Simpósio Nacional de Geografia Agrária e II Simpósio Internacional de Geografia Agrária**. Presidente Prudente, 2005.

LIMA, Maria do Socorro Bezerra de. **Políticas públicas e territórios: uma discussão sobre os determinantes da soja no sul do Amazonas**. Tese (Doutor em Ciências).Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008, 446p.

LIMA, Luís Augusto Pereira; SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Cartografia das hidroestratégias na Amazônia Brasileira. **Acta Geográfica**, Boa Vista, v.12, n.28, p. 129-142, 2018.

MACHADO, Lia. A fronteira agrícola na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v.54, n.2, p. 27-55, 1992.

MELLO, Nely Aparecida. **Políticas territoriais na Amazônia**. 1. Ed. São Paulo: Amablume, 2006. 410p.

MELLO, Natália Girão Rodrigues; ARTAXO, Paulo. Evolução do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.66, p.108-129, 2017.

SANTOS, F. P. dos. Gestão de UCs no Amazonas: avanços e desafios para a conservação ambiental. **Revista Geonorte**, Manaus, v.8, n.1, p.102-124, 2013. V

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. 4, reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. - (Coleção Milton Santos 1).

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. A regionalização do agronegócio da soja em Rondônia. **GEOUSP: espaço e tempo**, São Paulo, v. 18, p. 298-312, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/84534> . Acesso em: 18/05/2018.

\_\_\_\_\_. Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. **Confins**, Paris, v.23, p.1-30.2015. Disponível em: <<http://confins.revues.org/11541>>. Acesso em: 01/06/2018.

\_\_\_\_\_. Da apropriação da terra ao domínio do território: as estratégias do agronegócio na Amazônia Brasileira. **Internacional Journal of Development Research, Cidade**, vol.07, n. 12, p.17699-17707, 2017.

RIVERO, Sérgio; ALMEIDA, Oriana; ÁVILA, Saulo; OLVEIRA, Wesley. Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.19, n.1, p.41-66, 2009.

VILLARROEL, Larrisa Carolina Loureiro; TONI, Fabiano. Política e meio ambiente: a inclusão das unidades de conservação na agenda de governo do estado do Amazonas. **Raízes**, Campina Grande, v.32, n.1, p.96-109, jan/jun.2012.